



University of  
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho

# revistafsa

[www4.fsnet.com.br/revista](http://www4.fsnet.com.br/revista)

Rev. FSA, Teresina, v. 20, n. 12, art. 8, p. 166-188, dez. 2023

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2023.20.12.8>

DOAJ DIRECTORY OF  
OPEN ACCESS  
JOURNALS

WZB  
Wissenschaftszentrum Berlin  
für Sozialforschung



Zeitschriftendatenbank



## Racismo-Patriarcal-Capitalista na Escola: O que as Falas (Não) Revelam?

## Patriarcal-Capitalist-Racism at School: What do the Speech (Don't) Reveal?

### Elaine Ferreira do Nascimento

Assistente Social, Mestre e doutora em ciências/Instituto Fernandes Figueira /Fundação Oswaldo Cruz  
Pesquisadora e Coordenadora Adjunta da Fiocruz Piauí.

E-mail: [negraelaine@gmail.com](mailto:negraelaine@gmail.com)

### Francisca Kananda Lustosa dos Santos

Assistente Social, Mestre e doutoranda em Políticas públicas/Universidade Federal do Piauí  
Coordenadora de pós-graduação na faculdade Unieducacional

E-mail: [kanandalavigne@hotmail.com](mailto:kanandalavigne@hotmail.com)

---

#### Endereço: Elaine Ferreira do Nascimento

UFRN - Campus Caicó/RN - R. Joaquim Gregório, 296 -  
Penedo, Caicó - RN, 59300-000, Brasil.

#### Endereço: Bruno Roberto Rangel da Silva

UFRN - Campus Caicó/RN - R. Joaquim Gregório, 296 -  
Penedo, Caicó - RN, 59300-000, Brasil.

#### Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 06/09/2023. Última versão  
recebida em 26/09/2023. Aprovado em 27/09/2023.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review  
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review  
(avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



## RESUMO

Este artigo se trata de um recorte de dissertação de mestrado em Políticas Públicas. Assim, tem-se como problema: O racismo, o capitalismo e o patriarcado posicionam mulheres negras na pirâmide mais baixa da sociedade? E como objetivos: analisar de que forma o racismo, patriarcado e capitalismo atravessam as mulheres e meninas negras na camada social mais baixa da hierarquia social. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo junto à pesquisa bibliográfica, na qual usou-se como abordagem metodológica a teoria da interseccionalidade junto à teoria Histórica Dialética, sendo uma pesquisa qualitativa. Obteve-se como resultado e descoberta que ainda é preciso avançar muito em termos de tratamento de raça, gênero e classe na escola.

**Palavras-chave:** Interseccionalidade. Escola. Racismo. Meninas Negras.

## ABSTRACT

This article is an excerpt from a master's thesis in public policy. Thus, the problem is: Do racism, capitalism and patriarchy position black women in the lowest pyramid of society? And with objectives: to analyze how racism, patriarchy and capitalism cross black women and girls in the lowest social layer of the social hierarchy. For that, a field research was carried out with the bibliographical research, in which the intersectionality theory was used as a methodological approach with the Historical Dialectical theory, being a qualitative research. It was obtained as a result and discovery that much progress is still needed in terms of treatment of race, gender and class in school.

**Keywords:** Intersectionality. School. Racism. Black Girls.

## 1 INTRODUÇÃO

É no chão da escola e nas práticas escolares que se desenvolvem as práticas sociais dos sujeitos que a frequentam, produzindo e reproduzindo as culturas e os costumes da sociedade racista patriarcal capitalista. Essa sociedade erguida sobre as estruturas de opressões sociais do racismo, patriarcado e capitalismo acaba por gerar um epistemicídio de povos não brancos, não europeus e ocidentais, dentre o apagamento de quem é atravessado por elas, sendo esta a sociedade que possui uma monocultura educacional que considera como legítimo um conjunto de conhecimento bem específico que pode ser transmitido nas escolas.

Essa forma de repassar conhecimento, segundo Santos (1995) e Carneiro (2005), acaba por marginalizar, invisibilizar e eliminar as várias formas de saberes tradicionais e de grande importância para a construção de sujeitos plurais, diversos e, acima de tudo, respeitosos para com todas as cores, culturas, sexualidade, etc. É visto que a falta da adoção de uma nova forma de educação pesa muito mais para meninas negras, que geralmente frequentam escolas públicas e sofrem com todos os tipos de atravessamentos, preconceitos, racismo, machismo, sexualização de seus corpos, vivências, etc. Assim, esta pesquisa buscou mostrar qual a perspectiva dos/das profissionais e o que revelam do ambiente escolar a partir dos temas de raça, gênero e classe por meio do trabalho de campo.

Para isso, partiu-se do pressuposto de que a interseccionalidade tem a raça como um dos principais marcadores sociais que se articula ao gênero e à classe para criar desigualdades que estruturam os lugares sociais vivenciados pelas mulheres. Nesse sentido, tem-se como problema de pesquisa: O racismo, o capitalismo e o patriarcado posicionam mulheres negras na pirâmide mais baixa da sociedade? Tem como objetivo analisar de que forma o racismo, patriarcado e capitalismo atravessam as mulheres e meninas negras na camada social mais baixa da hierarquia social. Foram usadas como autoras-chave para análise e interpretação dos dados: Carneiro (2011), Hooks (1984), Damasceno; Azevedo (2021), Ribeiro (2017), Crenshaw (2002).

Frente a isso, este artigo está desenvolvido em um item chamado “O racismo determinado pelo capitalismo, posicionando a pessoa preta na parte mais baixa da camada social” no qual trata sobre o resultado da pesquisa de campo, no qual se percebe que a raça é um fator estruturante que posiciona meninas e mulheres negras na camada mais baixa socialmente da pirâmide. Em seguida, tem-se a metodologia, que explica como a pesquisa foi desenvolvida. E, por fim, a conclusão.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

As relações de gênero têm como base as opressões impostas pelo racismo, machismo e classismo. É importante dizer, a partir de Oyěwùmí (2002), que, desde a antiguidade até a modernidade, o gênero tem sido uma categoria fundamental sobre a qual outras categorias sociais foram erguidas. Assim, o gênero foi ontologicamente conceituado.

Tratando das três opressões, a iniciar pela raça, Almeida (2018) retrata que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento. E discriminação é dar tratamento diferenciado em razão da raça. Com isso, o racismo pesa mais para as mulheres negras como resultado do período colonial escravista. A raça é atravessada por aspectos estruturais que corroboram para a questão da desigualdade de gênero e classe (NASCIMENTO, 2009).

Para Moreira (2019), o patriarcado recai com maior intensidade sobre as mulheres negras e indígenas por conta do contexto histórico, escravista e classista de exploração com os corpos femininos, principalmente negros, que eram e são vistos como objeto sexual e de desejo. As mulheres negras, de maneira ampla, sofrem com o discurso de que são apenas corpos erotizados e serviçais, ressaltando que o desejo sexual prevalece sobre os demais interesses e necessidades, assim como seus sentimentos. Nesse caso, o racismo atravessa gênero e classe.

No que se refere à classe, esta é dada pelo modelo de produção capitalista, que se aproveita tanto das desigualdades de gênero quanto de raça. Para Saffioti (1987), a supremacia masculina perpassa todas as classes sociais, estando também presente no campo da discriminação racial, ou seja, isso envolve três fatores de opressão social: classe, raça e gênero. A autora faz, ainda, uma ressalva: “Ainda que a supremacia dos ricos e brancos torne mais complexa a percepção da dominação das mulheres pelos homens, não se pode negar que a última colocada na "ordem das bicadas" é uma mulher. Na sociedade brasileira, esta posição é ocupada por mulheres negras e pobres (SAFFIOTI, 1987 p. 16).

Esse olhar sobre as relações de gênero vem sofrendo mudanças, uma vez que, antigamente, esta abordagem excluía outras opressões. Segundo Biroli (2018), a forma de se analisar as relações de gênero tem mudado a partir da década de 60, alterando o pensamento feminista, que passa a considerar questões mais complexas no que se refere às experiências e necessidades das mulheres, notando suas diferenças e considerando as desigualdades de raça, classe, etnia, sexualidade, etc. Nesse caso, a posição de gênero passou a ser estudada junto a outros eixos de identidades e opressões.

Para Biroli; Miguel (2015), o debate sobre as convergências entre raça, gênero e classe parte do questionamento da forma de compreensão das desigualdades presentes na sociedade somente sob o ponto de vista que leva em conta as variáveis, de forma isolada. Isso coloca em evidência os modelos de análises marxistas e a segunda onda feminista, que acreditavam que somente um eixo de opressão daria início a todas as outras. Além disso, a nova abordagem identifica que existe não uma sobreposição entre padrões de dominação independentes dos outros, mas que acontece um entrelaçamento complexo entre os três eixos. As autoras consideram também que existem outros fatores determinantes:

Outros determinantes, como geração, sexualidade, etnia, localização no globo (ou mesmo a região em um país determinado) ou algum tipo de deficiência física, são também importantes na construção da posição social dos diferentes grupos de pessoas, contribuindo para produzir as suas alternativas e os obstáculos que se colocam para sua participação na sociedade. Como mencionado mais adiante, são considerados em parte das abordagens que lançam mão da noção de interseccionalidade, incorporando esse esforço, inicialmente centrado em gênero, classe e raça, de análise de formas múltiplas de opressão. Neste artigo, focamos no percurso da análise conjunta sobre gênero, classe e raça no debate teórico das últimas décadas. Não suspendemos a importância de outras variáveis, mas entendemos que as assimetrias que se definem no entrecruzamento e constituição recíproca desses três eixos são incontornáveis para a análise das desigualdades nas sociedades contemporâneas (BIROLI; MIGUEL, 2015 p. 29).

O que se entende é que o intercruzamento dos três eixos de opressão o qual envolve raça, gênero e classe podem ser os fundamentos das outras formas de opressão na contemporaneidade. Porém, a princípio, Arcoverde (2016) retrata que as relações de gênero não eram percebidas em suas estruturas fundantes, tendo como resultado um discurso unívoco, como se a luta e a fala de determinadas mulheres representassem todas as outras mulheres, como se as identidades fossem comuns e universais. A partir disto, é que mulheres que não tinham origens europeias e que não eram brancas puseram em evidência questões ligadas à subalternidade e à invisibilidade de vivências que não se encaixavam em eixos eurocêntricos.

Por conta disso, as mulheres da América Latina, para Gargallo (2007), têm proposto teorias e práticas para tratar das cicatrizes marcadas no continente americano pelo colonialismo europeu, identificando que é um continente em sua maioria católica, regido por uma economia de mercado determinada por um centro externo e de estrutura social nomeadamente patriarcal, racista e discriminadora. Ou seja, isso gerou eixos de opressão de raça, gênero e classe. Esses eixos se sustentam, historicamente, na ideia de que toda situação de conquista cria condições que firmam a superioridade do vencedor ou colonizador, usando

isso para a exploração das mulheres em geral e das negras e indígenas em particular. A autora retrata:

[...] que qualquer situação de conquista e dominação cria condições para a apropriação sexual das mulheres dos grupos derrotados para afirmar a superioridade do vencedor. Essas condições são perpetuadas na violência contra as mulheres, em geral, e em particular contra as mulheres indígenas, negras e pobres. Femicídios no México, Guatemala e outros países respondem a essa dinâmica de naturalização da violência masculina contra mulheres sujeitas. Naturalização ou normalização (a lei-norma que restringe o que já foi construído como normal) do abuso masculino! (GARGALLO, 2007, p. 3).

Foi em busca de mudanças para esse cenário excludente que as feministas negras se organizaram nos Estados Unidos por volta de 1970 para tratar sobre a interseccionalidade. Porém, a interseccionalidade só ganhou espaço quando foi empregada por uma jurista estadunidense e defensora dos direitos civis, Crenshaw, no ano de 1989, ao ser publicado o artigo "Desmarginalizando a interseção de raça e sexo: uma crítica feminista negra à doutrina antidiscriminação, teoria feminista e política antirracista". Contudo, só ganhou popularidade acadêmica em 2001 após a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, na África do Sul.

No entanto, Akotirene (2019) retrata que, bem antes disso, uma ativista ex-escravizada, chamada de Sojourner Truth, já mostrava a existência das desigualdades de gênero sob uma perspectiva racial desde 1851, seguida por militantes do movimento negro estadunidense que antecederam Crenshaw.

Crenshaw (2002) assinala que sua contribuição teve o intuito de sugerir meios para a compreensão das existências de experiências únicas de mulheres étnica e racialmente identificadas. Para a autora, diversas vezes, essas experiências são suplantadas nos discursos sobre direitos humanos universais que, na verdade, só representavam as experiências dos homens ou mulheres brancas e raça sem incluir a mulher negra. Por esse motivo, ela recomenda que as instituições se envolvam nos empenhos de investigação das implicações sobre gênero, racismo e outras formas de intolerância que contribuem para uma combinação de abuso de direitos humanos.

Isso indica que a discriminação de raça é frequentemente marcada pelo gênero, o que mostra como as mulheres podem vivenciar preconceitos diferentes dos homens, além de focalizar as diferenças entre as mulheres. Nesse sentido, para a autora, da mesma forma que é verdadeiro o fato de que "todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades

sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião”, orientação sexual, origem nacional”, (CRENSHAW, 2002, p. 173), também fazem diferença na forma como as mulheres vivenciam a discriminação. É a partir dessa explicação que a autora trata sobre interseccionalidade, considerando que existe uma invisibilidade quanto a mulheres marginalizadas em que:

A discriminação interseccional é particularmente difícil de ser identificada em contextos onde forças econômicas, culturais e sociais silenciosamente moldam o pano de fundo, de forma a colocar as mulheres em uma posição onde acabam sendo afetadas por outros sistemas de subordinação. Por ser tão comum, a ponto de parecer um fato da vida, natural ou pelo menos imutável, esse pano de fundo (estrutural) é, muitas vezes, invisível. O efeito disso é que somente o aspecto mais imediato da discriminação é percebido, enquanto que a estrutura que coloca as mulheres na posição de receber tal subordinação permanece obscurecida. Como resultado, a discriminação em questão poderia ser vista simplesmente como sexista (se existir uma estrutura racial como pano de fundo) ou racista (se existir uma estrutura de gênero como pano de fundo). Para apreender a discriminação como um problema interseccional, as dimensões raciais ou de gênero, que são parte da estrutura, teriam de ser colocadas em primeiro plano, como fatores que contribuem para a produção da subordinação (CRENSHAW, 2002, p.176).

Com essa afirmação, é possível entender que as dimensões raciais ou de gênero, que são parte das estruturas, deveriam ser destacadas de forma a se tornarem visíveis, sem que ao se notar uma forma de discriminação não deixe invisível a outra. As opressões de raça e gênero se articulam causando outras formas de desigualdades e subordinação.

Segundo Collins (2017), mulheres afro-americanas de diversas perspectivas políticas, adotando uma postura implicitamente interseccional em relação à emancipação de outras mulheres afro-americanas, apresentaram ensaios provocativos sobre como as mulheres negras nunca ganhariam sua liberdade sem compreender sua raça, gênero e classe. Assim, com vista a mudar essa realidade:

Em 1982, o Coletivo Combahee River, um pequeno grupo de mulheres afro-americanas de Boston, publicou um manifesto chamado A Black Feminist Statement, que apresentou uma declaração mais abrangente do quadro de políticas do feminismo negro (Combahee-RiverCollective, 1995). Esse documento inovador argumentava que uma perspectiva que considerasse somente a raça ou outra com somente o gênero avançaria em análises parciais e incompletas da injustiça social que caracteriza a vida de mulheres negras afro-americanas, e que raça, gênero, classe social e sexualidade, todas elas, moldavam a experiência de mulher negra. O manifesto propunha que os sistemas separados de opressão, como eram tratados, fossem interconectados. Porque racismo, exploração de classe, patriarcado e homofobia, coletivamente, moldavam a experiência de mulher negra, a libertação das mulheres negras exigia uma resposta que abarcasse os múltiplos sistemas de opressão (COLINS, 2017, p. 8).

Nesse caso, apesar de os estudos sobre interseccionalidade partir do movimento negro, o intuito não é conseguir liberdade somente para afro-americanas, mas acabar com todas as



formas de opressão que acompanham também as mexicanas e outras latinas, mulheres indígenas e asiáticas que estavam na vanguarda de reivindicar a inter-relação de raça, gênero, classe e sexualidade em suas experiências cotidianas.

No Brasil, Holanda (2020) retrata que os estudos de gênero foram marcados por referências eurocêntricas e anglo-americanas. Somente nos últimos anos, e de forma tímida, começaram a adotar e reconhecer pensadoras latino-americanas, mestiças e latinas por conta da aproximação com os movimentos feministas negros e interseccionais que se aproximam da perspectiva de colonial e fazem sérias ressalvas às teorias eurocêntricas, utilizando-se da interseccionalidade como perspectiva de análise.

A adoção do debate sobre a interseccionalidade pelas feministas negras como um componente diferenciador das trajetórias das mulheres, sendo ao mesmo tempo alicerce do feminismo negro contemporâneo, coloca em evidência que as relações raciais são inerentes às relações de gênero, por isso é pouco provável que se possa pensar na superação da dominação racial feminina sem uma compreensão de conflitos raciais patriarcais, dos processos histórico-críticos e de injustiças sociais (MORAES, 2020).

Ao analisar o livro de Carneiro (2019), fica evidente que ela foi uma autora importante para que o acolhimento da interseccionalidade fosse favorável. Apesar de não tratar sobre esse termo em suas obras, ela explica que o feminismo negro em um contexto racista tem como um dos principais eixos de articulação o racismo e seu impacto nas relações de gênero, visto que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades.

Assim, ao entender que a opressão das mulheres negras se inter-relaciona aos eixos de raça, gênero e classe, que se constituem em eixos estruturantes de desigualdades e das discriminações nas sociedades classistas, as mulheres negras (re)significam e lutam contra o conceito de hegemonia para opor-se e resistirem ao domínio hegemônico do poder da classe dominante (MORAES, 2020).

Oliveira (2020), ao tratar sobre Gonzalez, problematiza que em 1982 a autora relatava que se situava por meio do duplo fenômeno do racismo e sexismo, que, até então, eram eixos pensados de forma separada e fragmentada. Sua abordagem, a princípio, foi relacionar raça, classe e gênero, mas, em seguida, ela adota o termo interseccionalidade para descrever essa relação articulada. Gonzalez defende que só é possível compreender o fenômeno de identificação do dominado com o dominador se for possível entender o racismo enquanto a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira articulado ao sexismo que produz efeitos violentos sobre a mulher negra que, de modo geral, é pobre.



Entretanto, Machado (2017) faz uma crítica às autoras que consideram somente raça e sexualidade sem tratar também de explicar a questão da classe para além da pobreza, com um olhar quantitativo relacionado ao não acesso do dinheiro e consumo sem avançar em termos qualitativos ligados à concepção de luta de classes.

Nesse sentido, pode-se considerar que a análise interseccional, que considera racismo e sexismo, mas que não desenvolve uma crítica do capitalismo, não representa uma ameaça real aos sistemas integrados que produzem desigualdade, já que as demandas individuais podem ser tragadas por ele sem custos significativos, mas as lutas coletivas exigem sua desestruturação. O que pretendo com essa argumentação não é propor uma primazia da classe social frente à raça, ao gênero e à sexualidade, mas pensar formas de utilizar a abertura da interseccionalidade para qualificá-la enquanto instrumento de crítica sistêmica (MACHADO, 2017).

Sob o ponto de vista de Gonçalves (2019), a autora Gonzalez considera que fazer uma leitura somente economicista não permite abranger a complexidade das relações sociais. Junto ao determinante econômico estão as instâncias ideológicas e políticas, necessárias à manutenção da estrutura capitalista. O racismo, como ideologia, toma corpo num conjunto de práticas sociais e é considerado um dos principais determinantes da posição de trabalhadoras (e)s negras (o)s nas relações de produção e na esfera da circulação.

Para a autora, ao abordar sobre a interseccionalidade, Gonzalez ressalta que, no interior desta estrutura capitalista, ganha corpo uma divisão racial e sexual do trabalho que leva a uma tripla discriminação sofrida pelas mulheres negras. Ela denuncia que esta não seria admitida nos postos de trabalho onde era exigida a “boa aparência”, restando à mulher negra a invisibilidade do emprego doméstico, o que diria, hoje, face à precarização ainda maior das relações de trabalho, que insiste em reservar a elas as ocupações mais degradantes. Portanto, ela não aceitou reduzir a questão racial e de gênero a uma simples relação econômica.

Contudo, os sistemas de opressão não devem ser abordados de forma separada, pois eles, na maioria das vezes, se interseccionam ou se articulam em algum momento, mas vale lembrar que existem também as hierarquias de opressões. Mas, afinal, como a interseccionalidade pode ser definida ou conceituada? Para Collins (2019), a interseccionalidade é, em sua conceitualização, a abordagem que afirma que os sistemas de raça, gênero e sexualidade, classe social, etnia, nação e idade são características mutuamente e articuladamente construtivas de organização social que moldam as experiências das mulheres.

Com base nos escritos de Crenshaw (2002, p. 177), interseccionalidade quer dizer “uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação.” Sendo assim, ela trata designadamente a maneira pela qual o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios causam desigualdades básicas que estruturam as posições referentes de mulheres, raças, etnias, classes e outras. “Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento”.

A autora Akotirene (2019, p.14) entende a interseccionalidade como algo que tem o intuito de dar “instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de raça, gênero e classe”, que são modernos aparatos coloniais.

Isso indica que, dependendo do lugar social que se ocupa em sociedade, o gênero é vivenciado de forma diferente, já que a situação das mulheres, e especificamente das mulheres negras e de classes populares, carrega desafios adicionais, dificultando o acesso a direitos, além das diferentes identidades. Por esse motivo, é importante não desconsiderar a interseccionalidade, já que ela pode ajudar a entender as opressões, combatê-las e reconhecer que algumas opressões são mais dolorosas, ainda, junto a outras (AKOTIRENE, 2018).

Para Curiel (2007), torna-se visível como os sistemas de poder baseados em raça, gênero, classe e sexualidade se apoiam mutuamente para produzir exclusão, opressão e subordinação em alguns e poder e privilégio em outros. Portanto, o conceito de interseccionalidade foi essencial para descobrir o eurocentrismo e os legados coloniais que persistem dentro da teoria e prática feministas hegemônicas/ocidentais e tudo o que acriticamente adere a ele. Sem dúvida, o conceito de interseccionalidade de raça, gênero classe e sexualidade é uma das contribuições mais importantes que as feministas negras, indígenas e chicanas fizeram ao pensamento crítico contemporâneo.

No texto *Escrevivências*, que faz uma reflexão de Conceição Evaristo, conta que as mulheres negras, apesar da existência de uma diversidade, têm vivências marcadas por desigualdades com origem na inferiorização e exploração do período colonial. Contudo, as mulheres negras têm tido lutas frequentes que envolvem múltiplas ações políticas que são empreendidas e atravessam vários níveis de atuação, diferentes campos da existência, marcadas por encontros conflituosos ou violentos com o ocidente, com o patriarcado, com o capitalismo e com o individualismo (MACHADO, 2014).

Com isso, é possível notar que a interseccionalidade tem ganhado espaço nos estudos de gênero, apesar de não ser algo recente, especialmente no Brasil, no qual as feministas, como Lélia Gonzalez, já vinham denunciando essa realidade há muito tempo. Portanto, feito este apanhado geral sobre a interseccionalidade, é preciso que se busque saber como essa interseccionalidade pode ser usada para saber como as opressões se entrecruzavam, atravessando as mulheres mais vulneráveis, como exemplo, as mulheres negras.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE INVESTIGAÇÃO

A pesquisa em questão consta da realização de um estudo na escola com vista a saber, por meio da interpretação e análise dos depoimentos, que a partir daí se tornam os dados construídos pelo processo da pesquisa, como o escravismo atravessado pelo patriarcado e o capitalismo se manifestam no ambiente escolar em Teresina, levando em conta a interseccionalidade nas políticas de educação.

O estudo foi realizado em uma escola municipal de Ensino Fundamental, localizada na zona norte de Teresina/PI, no período de outubro a novembro de 2021. A escola funciona em tempo integral das 7 às 16 horas, tendo alunas e alunos com idades entre 8 e 19 anos, com séries do 6º ao 9º ano. O motivo pela escolha do local se deu por ser uma escola que funciona em tempo integral, resultando em um período mais preciso de convivência entre (as) os profissionais e alunas/alunos, fazendo com que estes percebam melhor algumas ações e manifestações do racismo e machismo.

As (os) participantes entrevistadas (os) foram professoras/professores, gestoras/gestores, colaboradoras/colaboradores, por se apresentarem como um dos principais formadores de opiniões dentro das escolas, além de colaboradores. Nesse sentido, a entrevista semiestruturada foi feita com 2 professoras, 1 professor, 1 gestora, 1 gestor e com 1 colaboradora da escola que fazia parte da limpeza, mas que estava como auxiliar administrativa. Assim, somando 6 pessoas ao todo para contribuir com a pesquisa.

Para alcançar os objetivos propostos, foi feito uso de abordagens teóricas e metodológicas a fim de enriquecer a pesquisa realizada. Com isso, a referida pesquisa usou como abordagem metodológica a teoria da interseccionalidade, criada por Crenshaw (2002), pois ela permite ir além de uma abordagem das desigualdades de classe social e mostra outros sistemas de opressões sociais, tais como racismo e patriarcado.

Nesse sentido, o uso desta metodologia possibilitou à pesquisadora um olhar para as interações das opressões e desigualdades na escola estudada. A teoria Histórica Dialética

também foi usada, pois, de acordo com Minayo (2008), a mesma possibilita uma visão de mundo crítica, permitindo desvendar as contradições postas na realidade pesquisada. Esse método viabiliza um olhar para a história do tema como sendo histórica e, portanto, mutável, na qual sua realidade está sempre se transformando e sendo reconstruída com o passar do tempo.

O método Histórico Dialético, ainda segundo a mesma autora, admite que se estude a totalidade dos fatos para que haja uma compreensão das partes e do todo (e vice-versa) em sua essência, que se esconde por trás das aparências na sociabilidade burguesa. Não pode haver um estudo do todo sem que sejam examinadas as partes, assim poderá conter uma visão de totalidade dos problemas sociais aqui estudados, tais como as opressões resultantes do racismo patriarcal capitalista.

Nesse caso, essas opressões foram estudadas sob a perspectiva da totalidade, quando foram analisadas as interações do racismo patriarcal capitalista na escola, sendo este um recorte do todo para que se tenha o entendimento do mesmo, desvendando, assim, o que existia por trás das aparências expostas nas falas, nos gestos e, até mesmo, no silêncio de cada participante da pesquisa.

Os estudos foram baseados em pesquisas bibliográficas e de campo. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica permite explorar um atrativo de fenômenos ricos de referências, sendo usada nesta pesquisa para analisar se as políticas públicas de educação têm considerado a interseccionalidade em suas elaborações e implementações. Já a pesquisa de campo foi realizada com o uso do contato direto das atividades de grupos estudados por meio da aproximação com as sujeitas e sujeitos participantes de uma determinada realidade social para obtenção de explicações dos fatos. Com isso, se pretendeu conseguir aproximações com a realidade da escola estudada e com as (os) participantes para obtenção de informações sobre como se manifestam as opressões e desigualdades de raça, gênero e classe neste ambiente.

A fim de se obter uma visão geral do tema, foi adotada a pesquisa do tipo exploratório e interpretativo, pois, com base em Gil (2008), esta tem a finalidade de proporcionar aproximações acerca de um fato específico fazendo elucidações, desenvolvendo e modificando conceitos e ideias na formulação de problemas ou hipóteses que poderão ter uma continuidade posterior à pesquisa em questão.

A pesquisa é de natureza qualitativa, pois esta pesquisa em questão foi considerada em seu contexto histórico na sociedade, sendo possível explanar e verificar as relações existentes desses contextos, as crenças da sociedade, as diversas opiniões de autores e autoras, indo muito além de uma percepção imediatista e numérica dos dados (MINAYO, 2008).

A técnica utilizada foi a entrevista semiestruturada. A entrevista foi usada por ser um instrumento de coleta de dados que permite a interação entre a pesquisadora e a sujeita/sujeito pesquisado (COSTA; COSTA, 2017). Frente a isso, a pesquisadora elaborou e usou um roteiro com questões abertas, que serviu como guia para a entrevista. A entrevista semiestruturada foi realizada tanto pela plataforma Google Meet quanto presencial, de forma individual, para permitir à recrutadora construir maior relacionamento com a (o) candidata/candidato e profundidade de conhecimento da pesquisadora.

Esta foi realizada em consonância com a Resolução nº 510 de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, que trata sobre a Ética na Pesquisa na área de Ciências Humanas e Sociais, “considerando que a pesquisa em ciências humanas e sociais exige respeito e garantia do pleno exercício dos direitos dos participantes, devendo ser concebida, avaliada e realizada de modo a prever e evitar possíveis danos aos participantes” (BRASIL, 2016), além da segurança da confidencialidade, que “é a garantia do resguardo das informações dadas em confiança e a proteção contra a sua revelação não autorizada”.

Para tratamento dos dados colhidos foi usado o método de análise e interpretação de sentidos. A análise, segundo Gomes (2007), possibilitou a investigação do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema estudado. A análise foi usada para decomposição dos dados, buscando relações entre elas, já a interpretação buscou os sentidos das falas e das ações para se chegar a uma compreensão que vai além das descrições. Esse seria o ponto central da pesquisa qualitativa. A análise de dados tenta ir além da interpretação do conteúdo e segue para entender o contexto que relevam as lógicas e as explicações mais abrangentes de uma cultura.

Na análise, os participantes foram divididos por grupos de mulheres visivelmente brancas e negras e homens brancos<sup>1</sup>. A autodeclaração racial foi feita na entrevista, mas a divisão dos grupos por cor foi realizada por meio da percepção da pesquisadora, por sentir que os/as entrevistadas não declararam a sua cor real. Muitos eram perceptivelmente brancas e brancos e se autodeclararam pardas e pardos.

---

<sup>1</sup> Não foram realizadas entrevistas com professores negros porque havia uma ausência na instituição; Também não foram feitas entrevistas com professoras negras porque só havia 1 professora, e foi alegado que a mesma havia acabado de entrar e não teria muita experiência com a escola.

**Quadro 1 – demonstrativo de idade, gênero, raça, geração, renda.**

<b>Entrevistada 1</b>	Alya; professora; 48 anos; identidade de gênero: cisgênero; orientação sexual: heterossexual; renda: 15 mil.
<b>Entrevistada 2</b>	Bellatrix; professora; 39 anos; orientação sexual: heterossexual; cor ou raça: parda (visualmente branca); renda: 5 salários-mínimos.
<b>Entrevistada 3</b>	Nair; auxiliar de limpeza; 42 anos; orientação sexual: heterossexual; identidade de gênero: cisgênero; cor ou raça: preta; renda: 1 salário-mínimo.
<b>Entrevistada 4</b>	Alcyone; gestora; 51 anos; orientação sexual: heterossexual; identidade de gênero: cisgênero; cor ou raça: parda; renda: 4 mil.
<b>Entrevistado 5</b>	Ain; gestor; 48 anos; orientação sexual: heterossexual; identidade de gênero: cisgênero; cor ou raça: pardo; renda: 9 mil.
<b>Entrevistado 6</b>	Alamak; professor; 26 anos; identidade de gênero: cisgênero; orientação sexual: heterossexual; cor ou raça: pardo; idade: 26; renda: 6 mil.

**Fonte:** Elaboração própria.

Após isso, as perguntas foram separadas por temas considerados mais importantes para a pesquisa. As respostas foram divididas em depoimentos, ideias, significado e categoria. Primeiro, foi colocado o depoimento a ser analisado, em seguida, buscou-se descobrir a ideia principal que cada fala trazia e, a partir daí, atribuiu-se um significado, ou seja, como a/o entrevistado estava entendendo aquele tema e por meio disso foi criada a categoria por meio de falas comuns entre elas/eles.

Uma das categorias encontradas foi: **O racismo determinado pelo capitalismo, posicionando a pessoa preta na parte mais baixa da camada social.** Após isso, seguindo o que trata Gomes (2007), fez-se questionamentos para que as ideias fossem problematizadas, procurando saber se as ideias se diferenciaram por grupos; se existiam pontos em comum entre os grupos; e se existem contradições entre eles. Por fim, foi preciso buscar sentidos mais amplos que articulam modelos subjacentes às ideias. Para isso, faz-se diálogo entre a fundamentação teórica adotada; os depoimentos e seus contextos; depoimentos e observações que registramos no trabalho de campo; objetivo/pressuposto da pesquisa e ideias presentes nos depoimentos.

Os riscos que essa pesquisa ofereceu aos participantes estiveram relacionados às perguntas do roteiro, que nortearam a entrevista; pelos constrangimentos ou alterações de

comportamento durante gravações de vídeo na plataforma virtual; cansaço ou aborrecimento ao responder às perguntas; vergonha ou medo. Contudo, a pesquisadora se empenhou para promover um ambiente (virtual) agradável, silencioso e reservado, dando liberdade para não responder questões constrangedoras, minimizando desconfortos. O ambiente escolhido para fazer a chamada virtual no momento da entrevista foi de acesso apenas da pesquisadora; já no ambiente presencial procurou-se sempre um lugar silencioso, confortável e fechado para possibilitar a garantia do sigilo total das informações; também sendo resguardado o link de acesso para que a sala não seja invadida por terceiros ou mesmo para que não haja vazamento das informações.

Para resguardar o nome das/dos participantes da pesquisa após a análise, seus nomes de nascimento foram substituídos por nomes de estrelas. Para que esse sigilo fosse garantido, foi feita a assinatura da declaração de sigilo pelas/pelos participantes e pela pesquisadora. Também foi informado à (ao) participante que haveria o respeito à opção de responder ou não às perguntas realizadas na entrevista, podendo ser interrompida a qualquer momento se assim fosse da vontade do/da participante, bem como garantir que o estudo seria suspenso imediatamente ao perceber algum risco ou dano à saúde da sujeita ou sujeito participante da pesquisa, estando atenta aos sinais verbais e não verbais de desconforto, cansaço, aborrecimento, vergonha ou medo.

No que se refere aos benefícios, este estudo permitiu desvendar os possíveis problemas e opressões que existem na escola no que se refere às questões do racismo e relações de desigualdade de gênero e classe, bem como fortalecer e ampliar as informações para que sirva como referência para possíveis elaborações de políticas de educação. Trouxe contribuições para futuras pesquisas, buscando contribuir na luta para uma educação de igualdade e transgressora.

Os critérios de inclusão para entrevista foram: estar participando das atividades escolares; ser efetivo ou contratado; ser professor ou professora do 6º ao 9º ano da escola pesquisada; aceitar participar da entrevista. Como critérios de exclusão foram considerados as (os) professoras/professores, gestoras/gestores, colaboradoras/colaboradores que estavam de licença, que não eram efetivos e contratados ou os que não aceitaram participarda pesquisa.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Neste item, apresentam-se os resultados obtidos na pesquisa de campo e suas respectivas discussões, mostrando algumas falas, que, por meio da interpretação e análise de



dados, revelam fatores que somente as entrevistas não revelariam por si só. Frente às considerações sobre o eixo estruturante raça, a fim de facilitar a organização e a análise de dados, as/os entrevistadas foram separados em grupos de mulheres brancas com alta escolaridade; grupo de mulheres negras e pardas, a primeira com pouca escolaridade e a segunda com alta escolaridade; e, por fim, homens brancos com alta escolaridade.

A separação por cor de pele foi feita pela percepção visual da pesquisadora, pois a autodeclaração racial se mostrou como um problema para a pesquisa, já que os participantes visivelmente brancos, na tentativa de fugir da sua cor, culpabilidade e autorreflexão de ser branco e branca se autodeclararam pardos. Não houve homens negros entrevistados e professoras negras entrevistadas, pois o único professor negro que havia na escola foi relatado que ele não teria tido tanto contato ainda com os alunos e não havia nenhuma professora negra. A única professora negra que eles tinham havia se aposentado recentemente.

Diante disso, foi perguntado às mulheres negras, brancas e homens pardos e brancos da escola estudada o que elas/eles entendiam por raça. Entre os grupos entrevistados, a primeira categoria empírica construída foi: **O racismo determinado pelo capitalismo, posicionando a pessoa preta na parte mais baixa da camada social.** O que gerou essa categoria foi o fato de todas (os) participantes atribuírem ao capitalismo como sendo o principal eixo de opressão, o eixo que determinaria todas as opressões e alguns o colocaram até como o eixo mais grave, até mais grave que a própria questão de raça/racismo, como segue no depoimento:

“A gente fala muito isso da opressão de negro, mas que a de pobre é tão grande quanto a de negro. Porque a de negro existe esse movimento todo, mas o pobre é do mesmo jeito. Ele é escantiado de tudo, o pobre” (AIN).

O fato é que, quando se fala em hierarquia de opressão, o feminismo negro considera como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades. Assim, não é o capitalismo o principal eixo de opressão, mas sim a raça. Como exemplifica Carneiro (2011, p.3): “O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas.”

Nesse caso, apesar de os eixos de opressões se interseccionarem, existem as hierarquias de opressões, em que a raça, junto ao gênero, é que está no topo das mais graves, pois determina os privilégios de classe e as oportunidades. Para Hooks (1984, p. 4), a análise

crítica das relações de privilégio inclui as hierarquias entre as mulheres, uma vez que “há muita evidência de que as identidades de raça e de classe criam diferenças em qualidade de vida, *status* social e estilo de vida que prevalecem sobre a experiência comum que as mulheres partilham”.

Com isso, no geral, as entrevistas realizadas tiveram ideias semelhantes sobre o racismo, independentemente da cor de pele, do gênero e do grau de escolaridade. As (os) entrevistadas associam racismo à ideia de movimento coletivo, de uma raça que está submissa a outra. Nos grupos de mulheres visivelmente brancas, mas não autodeclaradas brancas, com alto grau de escolaridade, estas trazem a ideia de racismo como estrutural, que serve como uma forma de dominação e de inferiorização de uma raça sobre a outra, apesar de acreditarem que essa separação por raça não devesse existir, estando relacionado a todas as cores e não somente à cor negra, o que se entendeu como a questão do racismo reverso.

Sobre o racismo reverso, segundo Damasceno; Azevedo (2021), existe uma tentativa branca de esvaziar o conceito através de uma relativização forçada, que é também resultado da tentativa do neoliberalismo de igualar a todos perante a lei. Contudo, isso acaba por trazer um esquecimento da história dos africanos e afrodescendentes escravizados durante 388 anos no Brasil. Essa ideia de reverter o racismo para os brancos dos eurodescendentes sugere igualar a situação de sofrimento, porém não se pode apagar a história de sofrimento, exclusão e desigualdade vivida pelos povos negros, que deve ser reparada na lei e na prática com a punição.

O racismo é também essa questão de.... de movimentos estabelecidos na sociedade em que uma raça é submetida a outra. [...] eu não sei nem se deveria existir essa questão relacionada a questão da cor em si, por que existem diversas formas de racismo. [...] Mas, a [...] cor da pele, a função da pele das pessoas nos dias atuais, que é a questão da pele preta, não é? é justamente a classe de pessoas que mais sofre com a questão de racismo hoje em dia (AYLA).

No grupo de mulheres pretas e pardas, elas trouxeram como ideia que as pessoas não têm autoaceitação de suas identidades, não querem se reconhecer como pretas por conta do próprio preconceito racial. A pesquisa de Polido (2021) mostra, como resultado de sua entrevista, por meio da falas de uma professora negra, que essa não aceitação acontece porque se nota uma falta de representatividade feminina, já que as meninas não se veem nas vitrines, nos desenhos e nunca são chamadas para serem as “noivas” da festa junina, já que o padrão estabelecido pela sociedade é de que estas sejam meninas brancas, loiras e de olhos

azuis. Além de que, desde muito jovens, as meninas buscam alternativas para se enquadrar cada vez mais nos padrões impostos.

Pode ser por esse motivo que as meninas negras, ao se tornarem mulheres negras, continuam negando o racismo ou mesmo não tendo conhecimento aprofundado para lutar contra tal, já que o percurso escolar que tiveram determina quem elas serão. A mulher preta entrevistada que tinha baixa escolaridade mostrou a ideia de racismo como gordofobia, além de parecer não se ver como negra, mesmo tendo se declarado preta, pois, ao tratar de racismo, ela sempre se referia a outras pessoas negras como se não quisesse se colocar naquele lugar de mulher negra que sofre racismo.

Por que o racismo, não é só a questão do preto, mas em outras... tipo assim, a pessoa ser gorda, né? Eu [...] sou casada com um preto, minha família, meus filhos são todos morenos, né? Então eu não tenho nada contra, assim, pelo contrário: eu [...] tenho nojo de pessoas que... que ... quer... racismo. Que não gosta de um... que olha pra um preto e acha que aquele preto ali nunca vai ser nada na vida, que ele não merece ter uma oportunidade na vida e pelo contrário (estrela Nair, 2021).

Então, o que se percebe é um afastamento do lugar de fala. Ela fala, mas não se reconhece naquela situação. A autoaceitação parece não ter sido refletida por ela, já que a mesma não se coloca no lugar de ser negra, mas sempre coloca o outro. Na sua fala, afirma ainda que ser gorda pesa muito mais que ser negra. Isso se deve ao fato, segundo Alves; Ferreira (2018), de que a sociedade vive ainda sob as bases do racismo e preconceito, pois, em se tratando do corpo negro feminino, apesar de sempre produzir um discurso de sensualização, desejo e libido, por outro lado, as mídias e indústria de cosmético passa para a sociedade um padrão de beleza que exclui as mulheres negras, fazendo com que estas tenham dificuldades em se aceitarem e em aceitar a sua negritude. Isso explica porque a entrevistada se vê preta, mas não se reconhece negra, colocando o corpo como o do outro.

“[...] eu, eu... tenho nojo de pessoas que... que ... quer... racismo. Que não gosta de um... que olha pra um preto e acha que aquele preto ali nunca vai ser nada na vida, que ele não merece ter uma oportunidade na vida e pelo contrário ” (NAIR).

O racismo é, para Nair, também, frequentemente, confundido com *bullying*, contudo, racismo não pode ser tratado como *bullying*, já que, para Carapello (2020), este é o conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas que ocorrem sem motivação evidente, com o intuito de causar dor, angústia e sofrimento. São insultos, acusações injustas, apelidos cruéis, gozações que magoam profundamente, intimidações, atuação de grupos que hostilizam,

ridicularizam e infernizam a outros alunos e alunas levando-os (as) à exclusão, além de danos físicos, morais e materiais.

Nesse sentido, o *bullying* não precisa estar ligado à cor de pele ou características afrodescentes. O racismo, de acordo com Oliveira (2015), é uma ideologia que afirma uma raça como superior a outra. Essa ideologia é tão forte e difundida no imaginário que as agressões não acontecem somente por outras crianças, mas também pelos próprios adultos, assim, se o *bullying* inferioriza, o racismo desumaniza.

“Eu trabalho aqui já faz 8 anos e a gente ver muitos casos da pessoa ser preta, ser gorda e os próprios alunos da sala fazer sarro com ela, excluir aqui acontece muito  
isso aí entendeu? A gente tenta mostra pra eles que não é isso, que somos todos iguais, que por ela ser pobre, preta e gorda ela não melhor do que você, isso acontece muito aqui na escola. Nesse caso de fazerem bullying, bullying, né, chamado? Com as crianças. Eu já vi muito isso, muito!” (NAIR).

A vivência de Nair na escola a fez perceber que meninas negras são atravessadas por várias opressões no contexto escolar, ficando sempre na escuridão por ser excluída por todos à medida que os outros se aproximam do padrão de beleza imposto pela sociedade. Contudo, para Nair, isso se deve ao bullying e não se dá conta de que isso é racismo sendo atravessado por outros carros na avenida de opressões: de ser gorda, ser pobre, etc.

Já o grupo de homens visivelmente brancos, mas que se autodeclararam pardos, tendo mesmo nível de escolaridade, houve entre os dois ideias diferentes; para o primeiro, o racismo tem a ideia de algo grave, que parece ser até bem mais grave do que o próprio machismo e menos grave que a pobreza reproduzido pelas instituições, estando relacionado à cultura.

“Ah sim, agora contra o racismo não. [...] a gente vive em uma situação que eu acho  
assim grave, tá? Aí já é uma questão mesmo, [...] que é uma questão social. Que se trabalha em cima dela desde antes, né? Que a criança aquilo lá e... não nasce, desculpa! Desde criança a criança ouve aquilo lá, [...] e as vezes é reforçado, né? Na família, as vezes na escola e é uma questão básica, respeito né? Eu acho que ... criança nenhuma, se não for por influência da sociedade, ela vai ser racista. Ah eu vou ser racista por conta da cor da pele, entendeu? Isso aí já é uma coisa cultural”. (AIN).

Em sua fala, o que se entende é que racismo é mais grave que machismo e que racismo é algo que acontece como resultado da questão social e da cultura, reproduzido de geração em geração. Contudo, pode-se afirmar, por meio de Ribeiro (2017), que é impossível falar de

pobreza estrutural e propriedade privada no Brasil sem antes falar de raça, pois este eixo se encontra como o primeiro definidor da posição das mulheres negras na sociedade, pois é por ser negra que estas são relegadas às ocupações mais degradantes no mercado de trabalho capitalista.

O segundo entrevistado branco coloca o racismo com o mesmo peso do machismo, no qual existe uma superioridade racial que faz o branco estar sempre se sentindo ameaçado pelo negro, com medo deste tomar o seu lugar.

Racismo, aí no caso é quase a mesma ideia, só que aí no caso seria... ah, um exemplo: sou branco, sou melhor do que o negro. É tipo assim, uma raça se achar superior a outra. É quando a pessoa se sente tipo assim: ah eu tô me sentindo ameaçado pelo negro. Ele não pode chegar nessa posição, por que essa posição pertence a mim, por que eu sou melhor (ALAMAK).

Para Ribeiro (2017), a questão de o branco se sentir ameaçado pelo negro é um costume dos homens brancos no Brasil pelo fato de estes estarem acostumados com o protagonismo, não sabendo lidar com o não-protagonismo, colocando, assim, em segundo plano, discussões de raça e gênero na sociedade. Estes, segundo a autora, se firmam na ideia de que as vivências não são legítimas para que se pautem uma discussão. Por isso, acabam por silenciar grupos inteiros, relegando-os o lugar apenas da escuta e não da fala dentro da discussão de classe.

Frente ao exposto, constata-se que os (as) entrevistados (as) não têm conhecimento aprofundado sobre questões de gênero, raça e classe. Existe uma evidente separação entre negras e brancos no que se refere à escolaridade e no espaço em que cada uma ocupa dentro da escola. Existe um distanciamento no que é falado pelos homens brancos e no que é falado pelas mulheres negras, que sofrem na pele o racismo. E, por fim, muitos não veem a raça como um fator de grande impacto na vida das pessoas negras, mas sim, a classe, como se esta determinasse unicamente o lugar social em que cada uma se encontra socialmente.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao conjunto de dados que foram analisados, foi possível notar que ainda é preciso avançar muito em termos de raça, gênero e classe na escola, visto que tanto nas políticas públicas quanto na escola não existe um olhar interseccional para o ensino e para as intervenções. A política de educação precisa avançar muito não só nas leis como também na

prática, nas vivências e nas realidades escolares. A escola precisa discutir mais sobre o assunto, pois esta é a responsável pela formação do cidadão e da cidadã.

A pesquisa mostrou que na escola ainda existe a velha hierarquia, onde os homens brancos estão no topo, mulheres brancas logo abaixo, depois os homens negros e, na última camada social, estão as mulheres negras que formam o corpo de profissionais da limpeza e merendeiras. Além disso, outro fato é que a maioria das alunas (os) desta escola pública são de meninas e meninos negros, o que revela uma questão de raça e classe de meninas negras e negros, pois é este público que compõe a escola pública.

Apesar disso, nota-se uma aceitação maior das meninas de si mesma quanto ao assumir o cabelo afro e a sua cor. Por outro lado, o racismo persiste se manifestando por meio do julgamento, do estigma e da acusação da negra e do negro, como se estes nunca tivessem sido libertados da cruel escravidão brasileira, carregando todo o mal da época até os dias de hoje.

As meninas negras ainda são sexualizadas na escola, visto que o corpo negro é o primeiro que se vê antes de tudo, mesmo assim o racismo não é combatido, já que os livros não querem mostrar a realidade da nossa formação brasileira, não contam suas histórias, reforçando ainda mais o racismo. Por conta disso, seria necessário que as práticas pedagógicas considerassem o conceito de raça e gênero no sentido de fornecer condições aos estudantes para pensar como os sujeitos localizam-se socialmente e que, historicamente, a cor da pele e o gênero funcionam como marcadores de privilégio no Brasil, ou seja, é também uma questão de classe. Junto a isso, é essencial que se conheçam as identidades e as histórias de cada povo.

Contudo, a hipótese inicial de que a interseccionalidade tem a raça como um dos principais marcadores sociais que se articula ao gênero e à classe para criar desigualdades que estruturam os lugares sociais vivenciados pelas mulheres, se confirma. Pois o Estado se estrutura em um sistema cisheteropatriarcal escravista capitalista, se alimentando das desigualdades e opressões que estes proporcionam para beneficiar o capitalismo que sobrevive por meio da perpetuação das violências e violações sociais.

A saída para esse problema seria a criação de programas e projetos da política de educação que atendam às especificidades de cada menina, abrangendo suas características particulares, suas vivências, lugar social em que se encontram, adotando a perspectiva interseccional como diretriz para a leitura da realidade; investimento em formação continuada para professoras(es) sobre raça, gênero e suas intersecções; que os livros e materiais didáticos

sejam construídos numa perspectiva interseccional de raça, gênero, sexualidade e classe; a elaboração de projetos dentro da escola oferte eventos, palestras e podcasts para tratar sobre raça, gênero e sexualidade; e, por fim, que exista uma equipe interprofissional de assistentes sociais, psicólogas, pedagogas que intervenha na realidade das meninas de forma a construir uma política de fixação e permanência.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ALVES, É. F.; FERREIRA, G. D. F. O corpo negro comolocus da negação da identidade. **Revista Graphos**, v. 20, n. 2, p. 175-189, 2018.

ARCOVERDE, M. T. B. Gênero e interseccionalidade: chaves de leitura para um feminismo latino-americano. **São Paulo: USP: Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina**, 2016.

ASSIS, J. F. Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões à violência obstétrica. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 547-565, set./dez. 2018.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F.. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**. Londrina, V. 20 N. 2, P. 27-55, JUL./DEZ. 2015.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. **Resolução nº 510/2016**, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais na utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510\\_07\\_04\\_2016.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html). Acesso em: 14

BRASILEIRAS. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 10, n. 2, 2019.

CARAPELLO, R. O racismo camuflado pelo Bullying. **Revista Educação-UNG-Ser**, v. 15, n. 1, p. 171-178, 2020.

CARNEIRO, A. S. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. **Universidade de São Paulo**, São Paulo, p. 96-124, 2005.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.



COLLINS, P. H. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**. Jan/jun. 2017 v.5, n.1. Disponível em: file:///C:/Users/Eliane%20Rosa/Downloads/559-1734-1-PB.pdf. Acesso em: 31 de julho. De 2020.

COSTA, M. A.; COSTA, M. F. B. **Projeto de Pesquisa: entenda e faça**. Editora Vozes Limitada, 2017.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 10, 1º sem. 2002, p. 171-188. Disponível em: Acesso em: 21 agost. 2020.

CURIEL, O. Los aportes de las afrodescendientes a la teoría y la práctica feminista. **Revista Perfiles del Feminismo Iberoamericano**, v. 3, 2007. de mai. De 2020.

GARGALLO, F. Feminismo Latinoamericano. **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer**, Caracas, v. 12, n. 28, p. 17-34, jun. 2007.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**, v. 26, p. 79-108, 2007.

HOLLANDA, H. B *et al.* **Interseccionalidades**: pioneiras do feminismo negro brasileiro. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2020.

HOOKS, Bell. **Feminist theory: from margin to center**. Boston: South End Press, 1984.

MACHADO, B. A. Interseccionalidade, consubstancialidade e marxismo: debates teóricos e políticos. in: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx)(org). **Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo**, p.1867-1917, 2017.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio Do Conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MORAES, E. L. A interseccionalidade Interseccionalidade. **Letras & Letras**, v. 36, n. 1, p. 261-276, 2020.

MOREIRA, Carol *et al.* **A Erotização Da Mulher Negra Nas Mídias** MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida, 1-17, 2004. 731, 2004. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/ Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>

OLIVEIRA, M. J. S. Reflexões sobre Negras (in) confidências: Bullying não. Isto é Racismo. **Revista Interdisciplinar de gestão social**, v. 4, n. 1, 2015.

OYĚWÙMÍ, O. **Visualizing the Body**: Western Theories and African Subjects in: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). *The African Philosophy Reader*. New York: Routledge, 2002, p. 391-415. Tradução para uso didático de wanderson flor do nascimento.

POLIDO, C. **Significações de crianças e professores da educação infantil sobre direitos humanos:** relatos de uma pesquisa-ação. Dissertação (mestrado em educação)- Instituto de Biociências do Câmpus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista. Rio claro, p.191. 2021.

RIBEIRO, S. Lugar de fala: o medo branco. **Portal geledés**, 2017.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. Editora Moderna, 1987.

STELZER, J; DE MORAES KYRILLOS, G. Inclusão da Interseccionalidade no âmbito dos Direitos Humanos. **Revista Direito e Práxis**, 2020.

**Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:**

NASCIMENTO, E. F; SILVA, B. R. R. Racismo-Patriarcal-Capitalista na Escola: O que as Falas (Não) Revelam? **Rev. FSA**, Teresina, v. 20, n. 12, art. 8, p. 166-188, dez. 2023.

Contribuição dos Autores	E. F. Nascimento	B. R. R. Silva
1) concepção e planejamento.	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X